

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
---	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	67
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	476.001.000
Preferenciais	0
Total	476.001.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.483.673	2.385.039	2.214.902
1.01	Ativo Circulante	164.166	263.883	316.053
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.466	26.003	85.071
1.01.03	Contas a Receber	21.578	19.757	23.598
1.01.03.01	Clientes	21.578	19.757	23.598
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	21.578	19.757	23.598
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.876	5.019	3.509
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.876	5.019	3.509
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.845	4.993	3.509
1.01.06.01.02	Outros impostos a recuperar	31	26	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	119	310	436
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	91.127	212.794	203.439
1.01.08.03	Outros	91.127	212.794	203.439
1.01.08.03.01	Contas bancárias vinculados	6.554	13.113	0
1.01.08.03.02	Partes relacionados	0	378	334
1.01.08.03.03	Ativo de contrato	83.980	198.746	202.664
1.01.08.03.04	Outras Contas a Receber	593	557	441
1.02	Ativo Não Circulante	2.319.507	2.121.156	1.898.849
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.319.058	2.120.707	1.898.400
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	59.601	47.814	0
1.02.01.03.01	Aplicação vinculada	59.601	47.814	0
1.02.01.05	Estoques	925	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.258.532	2.072.893	1.898.400
1.02.01.10.03	Ativo de contrato	2.258.532	2.072.893	1.898.400
1.02.03	Imobilizado	449	449	449
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	449	449	449

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.483.673	2.385.039	2.214.902
2.01	Passivo Circulante	90.065	99.907	92.569
2.01.02	Fornecedores	2.693	20.766	17.615
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.693	20.766	17.615
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.964	2.577	4.954
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.964	2.577	4.954
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	59.803	66.689	45.777
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59.803	66.689	45.777
2.01.05	Outras Obrigações	25.605	9.875	24.223
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.528	8.217	23.546
2.01.05.02	Outros	24.077	1.658	677
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	21.659	0	0
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	2.418	1.486	677
2.01.05.02.05	Outras obrigações	0	172	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.464.040	1.433.345	1.366.754
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.007.604	1.022.437	1.017.278
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.007.604	1.022.437	1.017.278
2.02.03	Tributos Diferidos	456.436	410.908	349.476
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	456.436	410.908	349.476
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição social diferida	240.263	201.756	0
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferido	216.173	209.152	0
2.02.03.01.03	Impostos diferidos	0	0	349.476
2.03	Patrimônio Líquido	929.568	851.787	755.579
2.03.01	Capital Social Realizado	476.001	476.001	476.001
2.03.04	Reservas de Lucros	453.567	375.786	279.578

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	260.748	337.168	610.040
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.633	-74.856	-327.157
3.03	Resultado Bruto	248.115	262.312	282.883
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.621	-14.873	-15.876
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.621	-14.873	-15.876
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	237.494	247.439	267.007
3.06	Resultado Financeiro	-97.447	-104.740	-96.670
3.06.01	Receitas Financeiras	2.090	4.235	9.811
3.06.02	Despesas Financeiras	-99.537	-108.975	-106.481
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	140.047	142.699	170.337
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.607	-46.491	-57.914
3.08.01	Corrente	-2.100	-225	0
3.08.02	Diferido	-38.507	-46.266	-57.914
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	99.440	96.208	112.423
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	99.440	96.208	112.423
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,21	0,2	0,23
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,21	0,2	0,23

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	99.440	96.208	112.423
4.03	Resultado Abrangente do Período	99.440	96.208	112.423

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	147.721	77.015	-382.248
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-69.348	-117.154	284.058
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	140.047	142.699	112.423
6.01.01.02	Remuneração do ativo de contrato	-279.184	-266.460	0
6.01.01.03	Recita de operação e manutenção – Ativo de contrato	-17.742	-21.640	0
6.01.01.04	Receita de construção – Ativo de contrato	0	-90.382	0
6.01.01.05	Provisões	-16.801	2.236	-20.365
6.01.01.06	PIS e COFINS diferido	7.021	15.166	0
6.01.01.07	Juros apropriados sobre financiamentos e debêntures	97.518	103.687	83.857
6.01.01.08	Amortização dos custos de transação	906	0	0
6.01.01.09	Rendimento de aplicação financeira	-1.113	-2.460	0
6.01.01.10	Impostos diferidos	0	0	108.143
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	219.130	194.405	-666.306
6.01.02.01	Ativo de contrato	226.053	207.907	-546.920
6.01.02.02	Concessionárias e permissionárias	-1.821	3.908	-23.599
6.01.02.03	Partes relacionadas	-6.311	-15.329	-63.268
6.01.02.04	Adiantamentos diversos	-172	-45	-334
6.01.02.05	Outras contas a receber	-36	-10	-383
6.01.02.06	Tributos a recuperar	3.143	-1.510	-2.492
6.01.02.07	Despesas antecipadas	191	126	-434
6.01.02.08	Fornecedores	-1.272	915	-27.830
6.01.02.09	Obrigações fiscais	-652	-2.366	-1.256
6.01.02.10	Taxas regulamentares	932	809	677
6.01.02.11	Estoque	-925	0	0
6.01.02.12	Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	0	0	-467
6.01.03	Outros	-2.061	-236	0
6.01.03.01	Contribuição social paga	-2.061	-236	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-124.258	-124.051	400.279

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.01	Financiamentos e debêntures obtidos	0	38.620	1.395.000
6.03.02	Pagamentos de principal de financiamento e debêntures	-40.781	-31.337	-952.632
6.03.03	Pagamentos de juros de financiamento e debêntures	-79.362	-84.899	-68.089
6.03.04	Contas bancárias vinculadas	6.559	-1.081	0
6.03.05	Aplicação financeira vinculada	-10.674	-45.354	0
6.03.06	Aumento de capital, líquido	0	0	26.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.463	-47.036	18.031
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.003	73.039	67.040
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.466	26.003	85.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	476.001	0	375.786	0	0	851.787
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	476.001	0	375.786	0	0	851.787
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-21.659	0	-21.659
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-21.659	0	-21.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.440	0	99.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.440	0	99.440
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	77.781	-77.781	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	77.781	-77.781	0	0
5.07	SalDOS Finais	476.001	0	453.567	0	0	929.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	476.001	0	279.578	0	0	755.579
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	476.001	0	279.578	0	0	755.579
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	96.208	0	0	96.208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.208	0	96.208
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	96.208	-96.208	0	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	96.208	-96.208	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	476.001	0	375.786	0	0	851.787

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	450.001	0	21.305	0	0	471.306
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	450.001	0	21.305	0	0	471.306
5.04	Transações de Capital com os Sócios	26.000	0	145.850	0	0	171.850
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	26.000	0	0	0	0	26.000
5.04.08	Ajuste adoção Inicial CPC 47/IFRS15 em 01.08.2018	0	0	145.850	0	0	145.850
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.423	0	112.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.423	0	112.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	112.423	-112.423	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	112.423	-112.423	0	0
5.07	Saldos Finais	476.001	0	279.578	0	0	755.579

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	290.018	374.062	0
7.01.02	Outras Receitas	290.018	374.062	0
7.01.02.01	Remuneração do ativo de contrato	279.184	266.460	0
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	17.742	21.640	0
7.01.02.03	Receita de construção	0	90.382	0
7.01.02.04	Outras receitas	-6.908	-4.420	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23.253	-89.056	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.253	-89.056	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	266.765	285.006	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	266.765	285.006	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.090	4.235	0
7.06.02	Receitas Financeiras	2.090	4.235	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	268.855	289.241	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	268.855	289.241	0
7.08.01	Pessoal	1	673	0
7.08.01.04	Outros	1	673	0
7.08.01.04.01	Pessoal	1	673	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	69.877	84.180	0
7.08.02.01	Federais	69.877	84.180	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	99.537	108.180	0
7.08.03.01	Juros	99.537	108.180	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	99.440	96.208	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	99.440	96.208	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório Anual da Administração

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelo profundo impacto gerado pela pandemia da COVID-19, que levou a uma desaceleração significativa do crescimento global e impactos relevantes no ambiente econômico nacional. Contudo, apesar das adversidades trazidas pela crise, a Companhia, enquadrada por portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020 como atividade essencial, foi capaz de manter suas atividades em pleno funcionamento com toda segurança requerida pelas medidas, assim reforçando o compromisso com seus planejamentos de entregas e crescimento contínuo, bem como cumprimento de seus planos estruturais, orçamento e disciplina financeira.

Segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano 2020 em 4,52% (0,21 p.p. acima dos 4,31% registrados em 2019). Já o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) atingiu 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em patamar muito superior aos 7,30% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2,00% a.a. (4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2016, além de registrar o menor patamar histórico.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o consumo de energia apresentou redução de 1,50% em relação ao ano de 2019, entretanto, segundo especialistas da CCEE, esse foi considerado um dado animador tendo em vista uma expectativa de redução entre 5,00% e 6,00% em relação ao ano anterior. Destaca-se ainda que o consumo de energia segue dando sinais de recuperação.

A companhia encerrou 2020 com uma Receita Operacional Líquida Regulatória em R\$ 188,1 milhões, o que representa um crescimento de 3,5% quando comparado ao encerramento de 2019, relacionado à inflação do período. A concessionária atingiu EBITDA regulatório de R\$ 168,5 milhões em 2020, o que representou um aumento de 5,9% em relação ao ano anterior e resulta em uma Margem EBITDA de 89,5%.

Destacamos ainda, que neste ano a Companhia manteve o alto desempenho operacional apresentado nos anos anteriores, atingindo 100% de disponibilidade nas linhas de transmissão e parcela variável por Indisponibilidade (PVI) de 0,01% sobre a RAP. Esses números reforçam a importância que a concessionária atribui à qualidade dos serviços de operação e manutenção do ativo.

Em relação ao Resultado Financeiro, a empresa fechou o ano com uma Dívida Bruta de R\$ 1.081 milhões, 2,0% inferior a 2019. O Caixa, incluindo equivalentes e contas restritas, fechou em R\$ 115,6 milhões resultando em uma Dívida Líquida de R\$ 966 milhões, 5,0% menor que o ano anterior. A Companhia possui um perfil de dívida de longo prazo com apenas 5,6% dos vencimentos no horizonte de 12 meses. A principal exposição da empresa é à TJLP, pelo crédito de longo prazo do BNDES, que representa 59,4% do saldo devedor. O demais 40,6% correspondem à 1ª Emissão de Debêntures da empresa que é atrelada ao IPCA. Destaca-se que no fim de 2020, a Fitch atribuiu às Debêntures um grau (AAABr) com perspectiva estável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



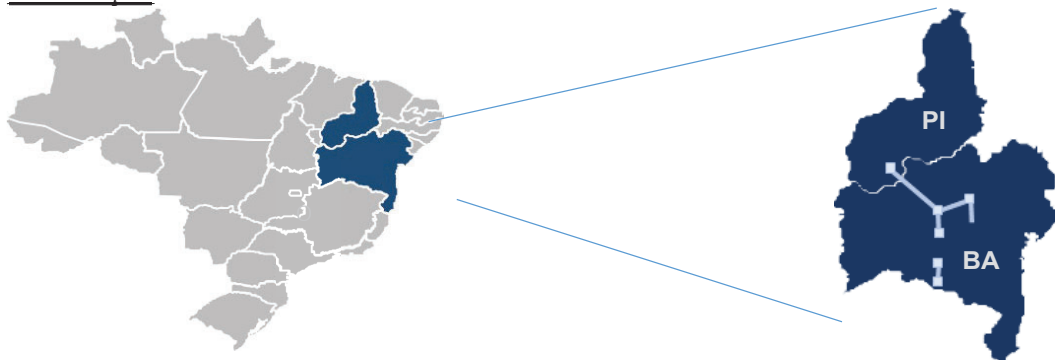
Em 2020, a companhia apresentou Lucro Líquido societário de R\$ 99,4 milhões, 3,3% acima do resultado do ano anterior. O Lucro Operacional societário, de R\$ 237,5 milhões representou uma redução de 4,0% em relação a 2019. As Despesas Financeiras foram 8,7% menores devido à sucessivas quedas na TJLP e reforçadas por redução nos impostos diferidos.

Por fim, a Companhia continua reforçando o compromisso com seus pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira e busca por excelência operacional objetivando sempre a geração de valor ao acionista.

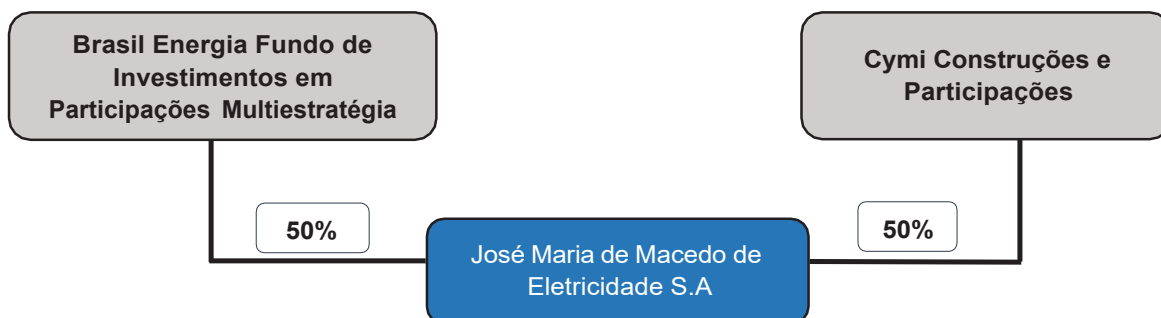
A COMPANHIA

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A é uma concessionária de transmissão de energia que tem como propósito a operação e manutenção de seus ativos, com alta eficiência operacional para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura para o sistema nacional. A companhia é uma sociedade por ações, constituída em 12 de janeiro de 2015 e está estabelecida na rua Doutor Renato Paes de Barros 955, Ed. Square - 10º Andar, sala 2 - Itaim Bibi - 04530-001 - São Paulo - SP. As linhas de transmissão estão localizadas nos estados da Bahia e Piauí. A concessionária possui atualmente 761 quilômetros de linhas de transmissão e 6 subestações, e está 100% em operação. A Receita Anual Permitida Líquida (RAP) esperada para o ciclo 2021/2022, é de R\$ 220,0 milhões de reais.

Localização



ESTRUTURA SOCIETÁRIA



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



VISÃO E VALORES

Visão:

Ser uma das operadoras mais relevantes do setor, garantindo a maximização de valor com sustentabilidade.

Nossos Valores:

- Valorização dos Colaboradores: Prezamos e reconhecemos o trabalho de forma colaborativa, respeitando e envolvendo as pessoas para alcançar resultados de qualidade.
- Ética e Transparência: Assumimos o compromisso de perseguir nossos objetivos por meio de uma conduta de integridade, honestidade, transparência e coerência em todo o nosso negócio.
- Senso de Dono: Incentivamos nosso time a assumir responsabilidades. Promovemos um ambiente que estimule à iniciativa, buscando resultados com excelência e eficácia.
- Saúde e Segurança: Promovemos um ambiente de trabalho saudável em que os colaboradores contribuem para um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança e saúde.
- Stakeholders Engagement: Promovemos um ambiente de trabalho saudável em que os colaboradores contribuem para um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança e saúde.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia está em constante aperfeiçoamento, buscando manter sempre práticas sólidas de governança para garantir a confiança contínua de seus stakeholders (acionistas, comunidades, órgãos governamentais e reguladores), colaboradores e investidores. Isso envolve uma revisão constante de como a evolução da legislação, diretrizes e melhores práticas refletem suas abordagens. A Companhia tem uma gestão focada nos mais altos padrões de governança e segurança operacional dos ativos. Isso se estende a todos os funcionários e terceiros que prestam serviços.

O Conselho de Administração da José Maria de Macedo de Eletricidade S.A atualmente é composto por 4 integrantes, com mandato de 1 ano sendo permitida a reeleição.

A Diretoria é composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo eles o Diretor Administrativo e Financeiro, o Diretor Técnico.

CÓDIGOS E POLÍTICAS

A governança corporativa da Companhia está fundamentada em integridade, ética, transparência, inclusão, responsabilidade corporativa e social. Para isso, sua estratégia leva em conta a adoção de boas práticas, tanto no cumprimento da legislação pertinente, quanto no tocante ao segmento de transmissão de energia e dos mercados em que atua. Os valores e a cultura organizacional da Companhia são detalhados em códigos, normas e políticas corporativas que orientam tanto a condução dos negócios quanto o relacionamento entre essas empresas e os diferentes públicos com os quais interage. Esses documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com o cenário interno e externo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A Companhia dispõe de um canal de denúncias denominado Canal Confidencial, amplamente divulgado via comunicação interna através da intranet e site institucional. O Canal Confidencial é um canal para comunicação segura e, se desejado, anônima, de condutas que violem o Código de Conduta Ética Profissional da Companhia, e/ou de qualquer lei, norma ou regulamento que pode ser utilizado por todos, desde colaboradores até o público externo. Existem três formas de utilização do canal: (i) via telefone; (ii) internet (endereço eletrônico); ou (iii) e-mail. A denúncia é gerida por uma empresa terceirizada, profissional e independente.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ambiente Regulatório

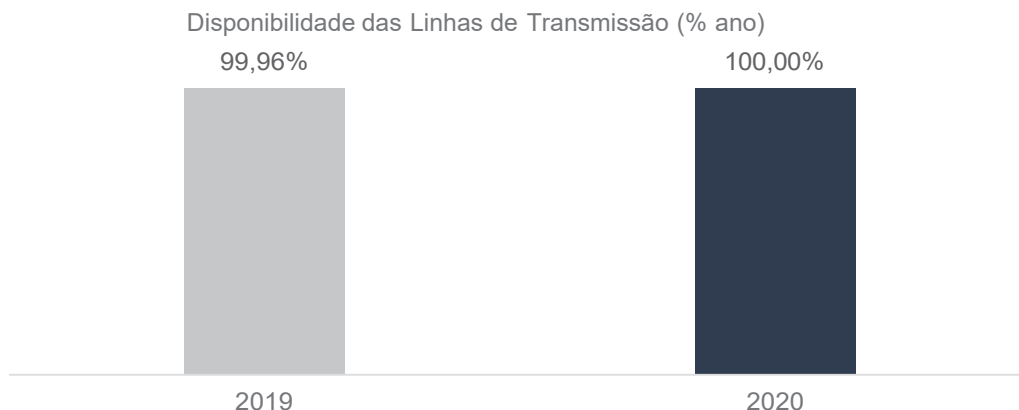
O segmento de transmissão é dos menos arriscados dentre o segmento do setor de energia. Isso se dá, principalmente pelo fato das receitas serem pagas com base na disponibilidade dos ativos, reduzindo assim os riscos de mercado aos quais os segmentos de distribuição e geração tornam-se mais expostos. Além disso, o setor conta com mecanismos de garantia, coordenados pela ONS, que conferem ao segmento estabilidade quanto a riscos de inadimplência.

No que diz respeito ao ambiente regulatório, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e possuem um marco regulatório completo e consistente.

A Companhia está inserida no tipo de contrato de transmissão datado de 2008 em diante, onde são garantidos às transmissoras mecanismos de reajustes tarifários anuais a cada 1º de Julho com base no IPCA de 12 meses, além de revisões tarifárias periódicas no 5º, 10º e 15º ano após a assinatura do contrato de concessão, operacionalizados pela ANEEL. Nesse contexto, a Companhia espera manter o perfil de altas margens e geração de caixa consistente.

Disponibilidade das Linhas de Transmissão

A Companhia manteve a alta performance operacional apresentada nos anos anteriores, apresentando 99,99% de disponibilidade. Abaixo destacamos o histórico de disponibilidade das linhas de transmissão do ativo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA REGULATÓRIO**

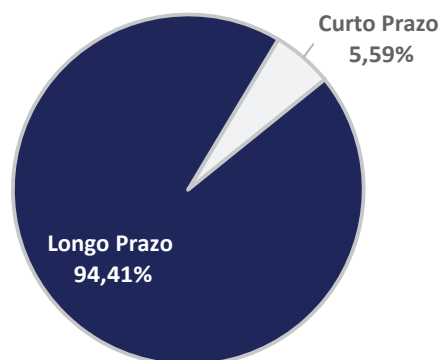
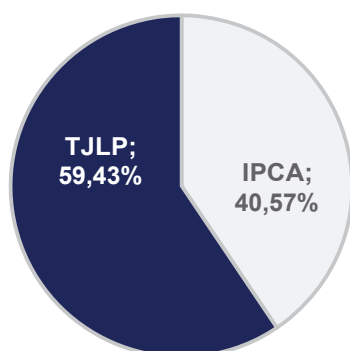
EBITDA Regulatório	2020	2019
Receita Bruta	210.202	201.190
(-) Deduções	(22.078)	(19.430)
Receita Operacional Líquida	188.124	181.760
(-) Material	-	(3)
(-) Serviços de terceiros	(18.357)	(20.180)
(-) Outras Despesas Operacionais	(1.318)	(2.572)
EBITDA Regulatório	168.449	159.005
Margem EBITDA	89,54%	87,48%

Conciliação EBITDA Regulatório	2020	2019
Lucro Líquido	51.122	14.639
(-) Impostos	(23.473)	225
(-) Resultado Financeiro	97.447	104.740
(+) Depreciação	43.353	39.401
EBITDA Regulatório	168.449	159.005

ENDIVIDAMENTO

A JMM encerrou o ano de 2020 com uma dívida bruta de R\$ 1.081 milhões. O caixa total da Companhia ficou em, R\$ 115,6 milhões o que resultou em uma Dívida Líquida de R\$ 965 milhões, 5,05% menor que o ano anterior. A principal exposição da Companhia é à TJLP, a qual 59,43% da dívida está indexada, enquanto o restante é indexado ao IPCA. Do saldo devedor, apenas 5,59% possui vencimento em até 12 meses, afirmando o perfil de longo prazo da estrutura da empresa.

Endividamento (em R\$ mil)	2020	% Div. Bruta	2019	% Div. Bruta
Curto Prazo	60.420	5,59%	51.161	4,63%
IPCA	21.070	1,95%	16.137	1,46%
TJLP	39.350	3,64%	35.023	3,17%
Longo Prazo	1.021.064	94,41%	1.052.949	95,37%
IPCA	417.679	38,62%	410.456	37,18%
TJLP	603.384	55,79%	642.493	58,19%
Dívida Bruta	1.081.484	100,00%	1.104.110	100,00%
IPCA	438.749	40,57%	426.594	38,64%
TJLP	642.735	59,43%	677.516	61,36%
Caixa Total	115.621	10,69%	86.930	7,87%
Dívida Líquida	965.863	89,31%	1.017.180	92,13%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

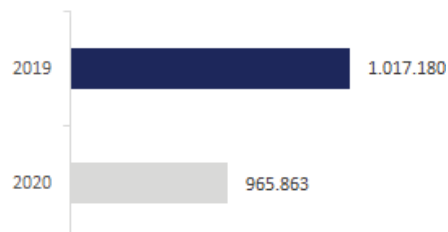
(R\$ mil)

Instrumento	Instituição Financeira	Indexador	Spread	Volume Emitido	Data do 1º Desembolso	Data de Vencimento Última Parcela	Amortização
FINEM	BNDES	TJLP	2,17%	673.990	15/05/2018	15/09/2032	Price/Sac
Debênture	Bradesco	IPCA	8,28%	395.000	23/07/2018	15/03/2036	Customizada

Dívida Bruta



Dívida Líquida

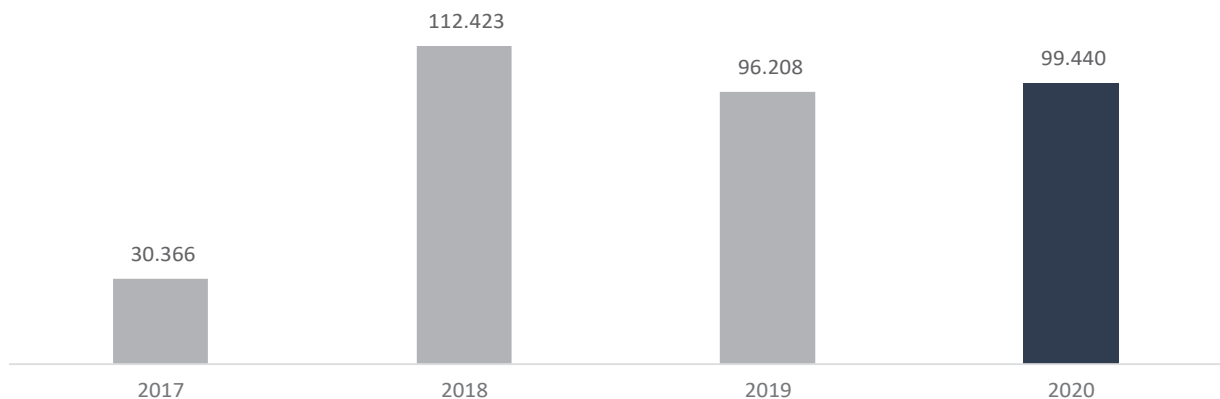


*valores em R\$ mil

Rating: Em 2020, a agência Fitch atribuiu à 1ª Emissão de Debêntures de JMM o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)', com perspectiva estável. O rating reflete a maturidade financeira e operacional da empresa e a relativamente baixa complexidade da operação, além da reduzida volatilidade e a previsibilidade dos custos de operação e manutenção ao longo do ciclo de vida dos ativos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO**

Em 2020, a companhia apresentou Lucro Líquido societário de R\$ 99,4 milhões, 3,3% acima do resultado do ano anterior. O Lucro Operacional societário, de R\$ 237,5 milhões representou uma redução de 4,0% em relação a 2019. As Despesas Financeiras foram 8,7% menores devido à sucessivas quedas na TJLP e reforçadas por redução nos impostos diferidos.

**RECURSOS HUMANOS**

Atentos aos impactos e desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus, seguimos com nosso compromisso em relação a saúde e segurança de todos colaboradores e seus familiares. A Companhia implementou diversas medidas de proteção, dentre elas a adaptação do escritório, inclusive com a redução pela metade da sua capacidade total, adotando assim o regime de rodízio semanal entre os colaboradores que estiverem 100% vacinados e o uso obrigatório de máscaras, além de realização de palestras com médicos e especialistas e a criação de comitê executivo exclusivo para tratar e discutir assuntos relacionados a pandemia.

RESPONSABILIDADE SUSTENTABILIDADE E SOCIALResponsabilidade Ambiental

A importância atribuída à transmissão de energia elétrica é inegável, uma vez que esta proporciona desenvolvimento cultural e econômico às mais diversas regiões do Brasil e em suas diferentes vertentes. Tal notoriedade também é atribuída às questões de monitoramento e manutenção ambiental, uma vez que estas proporcionam sinergia entre as operações, o ambiente e as comunidades existentes no entorno imediato ou atingidas por determinado empreendimento.

A dimensão ambiental da Companhia, está fundamentada na legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho, assim como na execução de programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam à auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A. ("Companhia ou Transmissora"), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação comercial em 27 de março de 2018. Por conta de uma emissão de Licença de Instalação em seu menor trecho, no qual corresponde a 1,75% de sua Receita Anual Permitida (RAP) - LT 230kv Igaporã III - Pindaí II, 50km, este trecho foi energizado e disponibilizado para entrada em operação comercial em 17 de abril de 2020, ficando, então, o projeto integralmente concluído.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$144.600 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Impactos do Covid-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a JMM adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, terceiros e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a Companhia vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema.

Na data da emissão da presente demonstração financeira, a administração da Companhia não identificou impactos relevantes ou materiais em seus negócios, tendo em vista que a Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo elas, estão evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 10 de dezembro de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de Instrumentos Financeiros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 7, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o critério de apuração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 7.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.5.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros*--Continuação

i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros*--Continuação

i) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros*--Continuação

iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

iv) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.6. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.6. Impairment de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos.

2.7. Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.7. Ativo de contrato--Continuação

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.7. Ativo de contrato--Continuação

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47/IFRS15 e do CPC48/IFRS9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto.

A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

- (I) A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação.
- (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Benefício fiscal - Lucro da exploração--Continuação

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação ativo fiscal diferido é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.10. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.11. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.11. Mensuração do valor justo--Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.12. Encargos setoriais

- a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida e/ou receita operacional para aplicação nesses programas.

- b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- c) Ministério de Minas e Energia (MME)

Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.13. Demonstração de fluxo de Caixa ("DFC")

Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM n°. 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Companhia classifica os juros pagos e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos

2.14. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

2.15. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

2.16. Segmento operacional

Segmento operacional é definido como atividades de negócio do qual pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

O segmento operacional da Companhia consiste na atividade de transmissão de energia.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Novas normas e interpretações

Normas emitidas e vigentes

- CPC 15 (R1) (IFRS 3) - Definições de negócios
- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos.

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 17/2020, em 11 de fevereiro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", aplicável aos períodos anuais com início em, ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

4. Reapresentação

4.1. Reapresentação pedido de registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

As demonstrações financeiras foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia como empresa listada na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar a demonstração de valor adicionado, resultado por ação, informações de segmentos e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, relativas, principalmente, análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros na nota de instrumentos financeiros e riscos de mercado

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

4. Reapresentação--Continuação**4.2. Reapresentação das demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, adequou a apresentação nas rubricas dos quadros apresentados abaixo, proporcionando a melhoria na qualidade e comparabilidade das informações contábeis entre os exercícios de 2020, e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Abaixo os quadros descritivos da reapresentação dos valores 2019.

Abaixo os quadros descritivos da reapresentação dos valores 2020.

a) Balanco patrimonial

	31/12/2020 (apresentado)	Ajuste	31/12/2020 (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	115.621	(66.155)	49.466
Contas bancárias vinculadas	-	6.554	6.554
Estoque - almoxarifado	925	(925)	-
Concessionárias e permissionárias	21.578		21.578
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	1.845	1.845
Outros impostos a recuperar	-	31	31
Impostos a recuperar	1.876	(1.876)	-
Partes relacionadas	-		-
Despesas antecipadas	119		119
Outras contas a receber	593		593
Ativo de contrato	198.746	(114.766)	83.980
	339.458	(175.292)	164.166
Não circulante			
Estoque - almoxarifado	-	925	925
Ativo de contrato	2.143.766	114.766	2.258.532
Aplicação vinculada	-	59.601	59.601
Imobilizado	449		449
	2.144.215	175.292	2.319.507
Total do ativo	2.483.673	-	2.483.673

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

4. Reapresentação--Continuação**4.2. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação****a) Balanco patrimonial--Continuação**

Abaixo os quadros descritivos da reapresentação dos valores 2020.

	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
	(apresentado)		(reapresentado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	2.693		2.693
Financiamentos e debêntures	102.595	(42.792)	59.803
Obrigações fiscais	1.964		1.964
Taxas regulamentares	2.418		2.418
Partes relacionadas	1.528		1.528
Dividendos a pagar	21.659		21.659
	132.857	(42.792)	90.065
Não circulante			
Impostos diferidos	456.436	(456.436)	-
Imposto de Renda e contribuição social			
diferida	-	240.263	240.263
PIS e COFINS diferido	-	216.173	216.173
Financiamentos e debêntures	964.812	42.792	1.007.604
	1.421.248	42.792	1.464.040
Patrimônio líquido			
Capital social	476.001	-	476.001
Reserva de lucros	453.567	-	453.567
Total patrimônio líquido	929.568	-	929.568
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.483.673	-	2.483.673

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

4. Reapresentação--Continuação**4.2. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação**b) Demonstração do resultado

	31/12/2020 (apresentado)	Ajuste	31/12/2020 (reapresentado)
Receita operacional líquida	260.748	-	260.748
Custo	(3.578)	(9.055)	(12.633)
Resultado bruto	257.170	(9.055)	248.115
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(10.621)	(10.621)
Pessoal	-	-	-
Material	-	-	-
Serviços de terceiros	(18.358)	18.358	-
Alugueis		-	-
Outras despesas	(228)	228	-
Seguros	(1.090)	1.090	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	237.494	-	237.494
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	2.090		2.090
Despesas financeiras	(99.537)		(99.537)
	(97.447)	-	(97.447)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	140.047	-	140.047
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.100)	-	(2.100)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(38.507)	-	(38.507)
Lucro líquido do exercício	99.440	-	99.440
Lucro básico e diluído por ação - em reais	0,21		0,21

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

4. Reapresentação--Continuação**4.2. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação****c) Demonstração do fluxo de caixa**

	31/12/2020 (apresentado)	Ajuste	31/12/2020 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro Líquido do exercício	99.440	(99.440)	-
Lucro antes dos tributos	-	140.047	140.047
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Remuneração do ativo de contrato	(279.184)		(279.184)
Receita de operação e manutenção - Ativo de contrato	(17.742)		(17.742)
Provisões	(16.801)		(16.801)
Impostos diferidos	45.528	(45.528)	-
PIS e COFINS diferido	-	7.021	7.021
Juros apropriados sobre financiamentos e debêntures	97.518		97.518
Amortização dos custos de transação	906		906
Rendimento de aplicação financeira vinculada	-	(1.113)	(1.113)
Lucros ajustado	(70.335)	987	(69.348)
Variações nos ativos e passivos:			
Ativo de Contrato	226.053		226.053
Concessionárias e Permissionárias	(1.821)		(1.821)
Partes relacionadas	(6.311)		(6.311)
Adiantamentos diversos	(172)		(172)
Outras contas a receber	(36)		(36)
Tributos a recuperar	3.143		3.143
Despesas antecipadas	191		191
Fornecedores	(1.272)		(1.272)
Obrigações fiscais	(613)	(2.100)	(2.713)
Taxas regulamentares	932		932
Estoque - almoxarifado	(925)		(925)
	219.169	(2.100)	217.069
Fluxo de Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	148.834	(1.113)	147.721
Atividades de financiamentos			
Pagamentos de principal de financiamento e debêntures	(55.628)	14.847	(40.781)
Pagamentos de juros de financiamento e debêntures	(64.515)	(14.847)	(79.362)
Contas bancárias vinculadas	-	6.559	6.559
Aplicação financeira vinculada	-	(10.674)	(10.674)
Fluxo de Caixa Líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(120.143)	(4.115)	(124.258)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	28.691	(5.228)	23.463
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	115.621	(66.155)	49.466
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	86.930	(60.927)	26.003
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	28.691	(5.228)	23.463

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

4. Reapresentação--Continuação**4.2. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação****d) Composição de empréstimos**

31/12/2020 (apresentado)					
Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2020	31/12/2019
BNDES Subcrédito A	BRL	15/09/2032	2,17% + TJLP	642.735	677.516
Debêntures	BRL	15/03/2036	8,28% + IPCA	424.672	411.610
Total de empréstimos e financiamentos				1.067.407	1.089.126

31/12/2020 (reapresentado)					
Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
BNDES Subcrédito A	BRL	15/09/2032	TJLP314 + 2,17%	631.581	665.778
BNDES Subcrédito - B		15/12/2032	TJLP314 + 2,19%	11.153	11.738
Debêntures	BRL	15/03/2036	8,28% + IPCA	438.750	426.594
(-) Custo de captação				(14.077)	(14.984)
Total de empréstimos e financiamentos				1.067.407	1.089.126

e) Movimentação de emprestimo

31/12/2020 (apresentado)						
Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Amortização de Principal	Juros	(-) Custo Transação a Amortizar	Amortização de Juros	Saldo em 31/12/2020
BNDES Subcrédito A	677.516	(34.230)	44.980	-	(45.341)	642.925
Debentures	411.610	(21.208)	52.538	906	(19.174)	424.672
Total	1.089.126	(55.438)	97.518	906	(64.515)	1.067.597

31/12/2020 (reapresentado)						
Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Amortização de Principal	Juros	(-) Custo Transação a Amortizar	Amortização de Juros	Saldo em 31/12/2020
BNDES Subcrédito A	665.778	(33.841)	44.197	-	(44.553)	631.581
BNDES Subcrédito - B	11.738	(579)	782	-	(788)	11.153
Debentures	426.594	(6.361)	52.538	-	(34.021)	438.750
(-) custo de captação	(14.984)			907		(14.077)
Total	1.089.126	(40.781)	97.517	907	(79.362)	1.067.407

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
Caixa	1	210
Bancos	6.568	4.961
Aplicações financeiras (a)	42.897	20.832
	49.466	26.003

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 102,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
Banco Santander	CDB	100,1% CDI	7.080	14.806
Banco Bradesco	CDB	102,6% CDI	26.857	6.026
Banco Itaú	Compromissada	75% Compromissada	8.960	-
			42.897	20.832

5.1. Contas bancárias vinculadas

Refere-se a conta vinculada ao financiamento e as debêntures. A receita da Companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário conforme regra contratual.

	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
Bancos	6.554	13.113
	6.554	13.113

6. Aplicações vinculadas

Refere-se, basicamente, à conta reserva constituída, de acordo com os respectivos contratos de financiamentos e debêntures, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
Aplicação financeira vinculada	59.601	47.814
	59.601	47.814

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco	CDB	102,6% CDI	59.601	47.814
Bradesco Fundos	Fundos	89% Fundos	59.601	47.814
			59.601	47.814

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

7. Concessionárias e permissionárias

Contas a receber de concessionárias e permissionárias:

	2020	2019
	(reapresentado)	
Concessionárias e permissionárias	21.578	19.757
	2020	2019
	(reapresentado)	
Títulos a vencer	21.165	19.357
Títulos vencidos em até 90 dias	48	140
Títulos vencidos há mais de 90 dias	365	260
	21.578	19.757

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

8. Ativo de contrato

O Ativo de contrato inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção.

2019	Receita de Construção	Receita de O&M	Remuneração do Ativo de Contrato	Recebimentos	2020
					(reapresentado)
2.271.639	-	17.742	279.184	(226.053)	2.342.512
2018	Receita de Construção	Receita de O&M	Remuneração do Ativo de Contrato	Recebimentos	2019
2.101.064	90.382	21.640	266.460	(207.907)	2.271.639
				2020	2019
				(reapresentado)	
Circulante				83.980	198.746
Não Circulante				2.258.532	2.072.893
				2.342.512	2.271.639

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8. Ativo de contrato--Continuação

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- Receita Anual Permitida - RAP - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo de contrato de concessão indenizável

Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à extinção do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8. Ativo de contrato--Continuação

Ativo de contrato de concessão indenizável--Continuação

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

- Renovação ou rescisão - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão.
- Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

9. Fornecedores

	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
Materiais	29	294
Serviços	173	1.180
Provisões (a)	2.491	19.292
	2.693	20.766

(a) Referem-se substancialmente à provisão de serviços diretamente ligados a projetos, tais como construção, montagens e afins. Adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. Devido a entrada em operação e a finalização das obras o saldo da conta tende a reduzir.

10. Financiamentos e debêntures

a) Composição (reapresentado)

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
BNDES Subcrédito A	BRL	15/09/2032	TJLP314 + 2,17%	631.581	665.778
BNDES Subcrédito - B		15/12/2032	TJLP314 + 2,19%	11.153	11.738
Debêntures	BRL	15/03/2036	8,28% + IPCA	438.750	426.594
(-) Custo de captação				(14.077)	(14.984)
Total de empréstimos e financiamentos				1.067.407	1.089.126
Circulante				59.803	66.689
Não circulante				1.007.604	1.022.437

b) Movimentação em 2020 (reapresentado)

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Amortização de Principal	Juros	(-) Custo Transação a Amortizar	Amortização de Juros	Saldo em 31/12/2020
BNDES Subcredito A	665.778	(33.841)	44.197		(44.553)	631.581
BNDES Subcrédito - B	11.738	(579)	782		(788)	11.153
Debentures	426.594	(6.361)	52.538	-	(34.021)	438.750
(-) custo de captação	(14.984)			907		(14.077)
Total	1.089.126	(40.781)	97.517	907	(79.362)	1.067.407

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos e debêntures--Continuaçãoc) Movimentação em 2019

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2018	Adições	Amortização de Principal	Juros	(-) Custo Transação a Amortizar	Amortização de Juros	Saldo em 31/12/2019
BNDES							
Subcredito A	666.163	38.620	(29.266)	54.722	-	(52.723)	677.516
Debentures	396.892	-	(2.071)	48.965	908	(33.084)	411.610
Total	1.063.055	38.620	(31.337)	103.687	908	(85.807)	1.089.126

BNDES

Com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto JMM, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas de TJLP + 2,17% mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Há cláusula de *covenants* prevista no respectivo contrato. Em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas restritivas de *covenants* estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas satisfatoriamente pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio).

Os vencimentos das parcelas do passivo circulante e não circulante são os seguintes:

	31/12/2020 (reapresentado)
2021	38.733
2022	38.518
Após 2022	565.483
Total das obrigações	642.734

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos e debêntures--Continuaçãoc) Movimentação em 2019--Continuação*Debêntures*

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto JMM, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas em 2018 mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. O Coordenador (Bradesco) é instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizado a operar no mercado de capitais, e concordou em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. As garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). Em 22 de maio de 2018, observou-se a liberação financeira de R\$395.000 conforme divulgado no quadro de composição dos financiamentos acima com o respectivo vencimento e taxa de juros aplicáveis.

Os vencimentos das parcelas do passivo circulante e não circulante são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u> (reapresentado)
2021	21.070
2022	12.027
Após 2022	<u>405.653</u>
Total Debêntures	<u><u>438.750</u></u>
 (-) Custo de transação a Amortizar	 <u>(14.077)</u>
Total Líquido Debêntures	<u><u>424.673</u></u>

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

11. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Ativo	
	2020	2019
Contas a receber		
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda (b)	-	378
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	378
Transações	Passivo	
	2020	2019
Fornecedores		
Cymi Construções e Participações (a)	314	2.110
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda (b)	-	5.016
Setec Soluções Energéticas (c)	1.214	1.091
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.528	8.217
Transações	Resultado	
	2020	2019
O&M		
Setec Soluções Energéticas (c)	8.510	7.697
G&A		
Setec Soluções Energéticas (c)	8.364	8.240
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	16.874	15.937

(a) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações.

(b) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão.

(c) Saldo refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia.

(d) Saldo refere-se aos serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

12. Impostos diferidos**12.1. PIS e COFINS diferido**

	31/12/2020 (reapresentado)	Movimentação	31/12/2019
PIS diferido	38.561	(1.253)	37.308
COFINS Diferido	177.612	(5.768)	171.844
	216.173	(7.021)	209.152

12.2. Imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2020	Movimentação	31/12/2019
Ativo/Passivo			
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	25.573	374	25.199
Lucro diferido da construção	(10.370)	2.610	(12.980)
Receita de Ativo Financeiro/AVP	(97.143)	(17.506)	(79.637)
Ajuste IFRS 15/CPC 47	(83.449)	(23.985)	(59.464)
Adoção Inicial CPC 47	(74.874)	-	(74.874)
Não Circulante	(240.263)	(38.507)	(201.756)

Detalhamento do Não Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	25.573	25.199
Passivo	(265.836)	(226.955)
Ativo/Passivo Diferidos	(240.263)	(201.756)

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 8anos:

Períodos	31/12/2020
2021	-
2022	3.528
2023	3.071
2024	4.834
2025	3.531
2026	4.460
2027	5.271
2028	878
Total	25.573

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito é de R\$476.001, dividido em 476.001 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

O Capital Social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária		31/12/2020 (reapresentado) e 31/12/2019	
Quotistas	Qntd Ações	%	Valor (em Reais)
Cymi Construções e Participações	238.000.500	50,00%	238.000.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	238.000.500	50,00%	238.000.500
Total	476.001.000	100%	476.001.000

b) Política de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 0,01%, até entrada em operação, e 25% após a entrada em operação, do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
Lucro do exercício	99.440	96.208
(-) Reserva legal	(4.972)	(4.820)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(7.832)	(600)
	86.636	90.788
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	21.659	-

No ano de 2019 os acionistas em comum acordo abriram mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuaçãod) Reserva de Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº4722/2019 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ, emitido em 26 de dezembro de 2019, foi garantido à Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

e) Reserva de Lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

f) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Número de ações ordinárias no início do exercício	476.001	476.001
Número de ações ordinárias ao término do exercício	476.001	476.001
Lucro líquido do exercício	99.440	96.208
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício	476.001	476.001
Lucro básico e diluído por ação - em reais	0,21	0,20

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Receita de construção - Ativo de contrato	-	90.382
Remuneração do ativo de contrato	279.184	266.460
Receita de Operação e manutenção - Ativo de contrato	17.742	21.640
Outras receitas	(6.908)	(4.420)
Receita operacional bruta	290.018	374.062
(-) PIS e COFINS	(26.508)	(34.214)
(-) Encargos setoriais (i)	(2.762)	(2.680)
Dedução da receita	(29.270)	(36.894)
Receita líquida	260.748	337.168

(i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Operação e manutenção	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Receita de Operação e manutenção	17.742	21.640
Custo de Operação e manutenção	(9.055)	(7.880)
Margem de O&M	8.687	13.760
Margem percebida (%)	49%	64%
Construção	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Receita de construção	-	90.382
Custo de construção		(66.976)
Margem de construção R\$	-	23.406
Margem percebida (%)		25,90%

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

15. Custos e despesas por natureza

	Custos	
	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Serviço de O&M	(9.055)	(7.880)
Serviços de terceiros (a)	(1.785)	(31.479)
Material	(1.788)	(32.818)
Pessoal	(1)	(670)
Outras	(4)	(2.009)
	(12.633)	(74.856)
	Despesa	
	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Serviços de terceiros (a)	(9.303)	(12.300)
Pessoal	-	(3)
Material	-	(25)
Seguros	-	(1.306)
Outras despesas	(1.318)	(1.239)
	(10.621)	(14.873)
Total	(23.254)	(89.729)

(a) Refere-se substancialmente a serviços de gestão empresarial, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

16. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência, está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Receita de aplicações financeiras	1.762	4.150
Outras receitas financeiras	328	85
Receitas financeiras	2.090	4.235
Juros de financiamento e debêntures	(97.518)	(103.687)
IOF de financiamento	(56)	(795)
Outras despesas financeiras	(1.963)	(4.493)
Despesas financeiras	(99.537)	(108.975)
Resultado financeiro líquido	(97.447)	(104.740)

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) societário antes do IRPJ e da CSLL	140.047	140.047	142.699	142.699
Ativo Financeiro Realizado	148.518	148.518	126.735	126.735
Ativo Contratual CPC 47	(255.801)	(255.801)	(264.715)	(264.715)
Compensação Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	(9.427)	(2.223)	(2.223)
Base de Cálculo	32.764	23.337	2.496	2.496
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%		10%	
Total dos tributos correntes	(8.167)	(2.100)	(600)	(225)
Incentivo fiscal SUDENE	8.167	-	600	-
Total dos tributos correntes	-	(2.100)	-	(225)
Total dos tributos diferidos	(28.314)	(10.193)	(34.019)	(12.247)
Despesa total com tributos	(28.314)	(12.293)	(34.019)	(12.472)
Alíquota efetiva	29,00%		32,58%	

18. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco operacional.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuaçãoa) Gerenciamento de riscos--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	49.466	26.003
Contas bancárias vinculadas (Nota 5.1)	6.554	13.113
Aplicação financeira vinculada (Nota 6)	59.601	47.814
Ativo de contrato (Nota 8)	2.342.512	2.271.639
Concessionárias e permissionárias (Nota 7)	21.578	19.757
	2.479.711	2.378.326

- Caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras vinculadas - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

a) *Riscos de crédito*--Continuação

- Concessionárias e permissionárias - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuaçãoa) Gerenciamento de riscos--Continuaçãob) *Risco de mercado*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	42.897	20.832
Aplicações financeiras vinculadas (CDI)	59.601	47.814
Passivos financeiros		
Financiamento (TJLP)	642.734	677.516
Debentures (IPCA)	438.750	426.594

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - Aplicações financeiras

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuaçãoa) Gerenciamento de riscos--Continuaçãob) *Risco de mercado--Continuação*Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - Aplicações financeiras--Continuação

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Aplicação financeira - Caixa e equivalente	42.897	Queda da taxa CDI	1.094	819	549
Aplicações financeiras vinculada	59.601	Queda da taxa CDI	1.520	1.138	763
Referência para ativos financeiros		Cenário provável	-25%	-50%	
CDI (%)		2,55%	1,91%	1,28%	

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 2,55% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES - Subcréditos A e B	642.734	Aumento da TJLP	28.216	35.270	42.324
Debêntures	424.673	Aumento do IPCA	16.987	21.234	25.480
Referência para passivos financeiros		Cenário provável	25%	50%	
TJLP (%)		4,39%	5,49%	6,59%	
IPCA + 6,80 (%)		4,00%	5,00%	6,00%	

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 4,39% e 4% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

b) *Risco de mercado*--Continuação

- Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c) *Riscos operacionais*

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuaçãob) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>Categoria</u>
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas bancárias vinculadas	Custo amortizado
Aplicação financeira vinculada	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Contas a receber - Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2020. A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuaçãoc) Hierarquia do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

		31/12/2020		31/12/2019	
		(reapresentado)			
		Valor	Valor	Valor	Valor
		Contábil	Justo	Contábil	Justo
Descritivo					
Aplicação financeiras (caixas e equivalentes)	Nível 2	42.897	42.897	20.832	20.832
Aplicação financeira vinculada	Nível 2	59.601	59.601	47.814	47.814
Total		102.498	102.498	68.646	68.646

		31/12/2020		31/12/2019	
		(reapresentado)			
		Valor	Valor	Valor	Valor
		Contábil	Justo	Contábil	Justo
Descritivo					
Financiamentos (BNDES)	Nível 2	642.734	642.734	677.516	677.516
Debêntures	Nível 2	424.673	424.673	411.610	411.610
Total		1.067.407	1.067.407	1.089.126	1.089.126

19. Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

19. Provisão para contingências--Continuação

Na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais de natureza tributária e cível apresentam valores de perda possível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão estimados em R\$3.342 (R\$1.157 em 2019).

20. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2020 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Limite da indenização	Vigência
Riscos operacionais	Tokio Marine	200.000	30/09/2022
Responsabilidade civil	Chubb Seguros Brasil	30.000	30/09/2022
Responsabilidade civil profissional	Austral Seguradora	3.400	23/08/2022
Responsabilidade civil para gestores	AIG Seguros Brasil	20.000	31/07/2022

21. Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de EPC - Em 27 de Março de 2015 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymi Construções e Participações S.A, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Em 2019 a projeção de custos para o projeto foi revista para R\$1.441.214 conforme quadro abaixo:

	Até 31/12/2018	2019	Total
Contrato EPC	1.399.741	1.441.214	-

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Compromissos assumidos—Continuação

- Contrato de O&M - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação e manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Instalações.

A remuneração G&A será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está parte operacional esses valores serão pagos, conforme contrato, por blocos de acordo com a Rap esperada para cada bloco. O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$6.313 por ano.

No ano de 2020 foram cobrados R\$8.364 com relação a G&A.

Com relação a remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está parte operacional esses valores serão pagos, conforme contrato, por blocos de acordo com a Rap esperada para cada bloco. No ano de 2020 foram cobrados R\$8.510 com relação a O&M.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$6.090 por ano.

22. Eventos subsequentes

Em 26 de fevereiro de 2021 foi exercida pelo acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia a opção de compra das ações da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. por meio de instrumento contratual SPA "*Share Purchase Agreement*" devidamente registrado e assinado pelas partes, desta forma passando o Fundo de Investimentos a deter 100% das ações outrora divididas proporcionalmente com a Cymi Construções e Participações S.A. que por sua vez exerceu a opção de venda de sua participação de 50%.

Daniel Araujo do Pinho
Diretor de Controladoria

Thais Rodrigues Ponciano
Contadora Responsável
CRC-1SP282352/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa 4 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para apresentar as demonstrações do valor adicionado (DVA) e resultado por ação, bem como aprimorar certas divulgações e apresentações, conforme detalhado na referida nota explicativa. Em 24 de março de 2021, emitimos nosso relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as respectivas demonstrações financeiras foram ajustadas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais

significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 2.342.512 mil (2.271.639 mil em 31 de dezembro de 2019).

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47

- Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de

profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 08 de dezembro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da instrução da CVM nº 480, datada de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 10 de dezembro de 2021.

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Presidente, Financeiro e de Relação com Investidores

Marcelo Vargas Redes
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

Na qualidade de Diretores da Transmissora José Maria de Macedo S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativos ao exercício social em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 10 de dezembro de 2021.

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Presidente, Financeiro e de Relação com Investidores

Marcelo Vargas Redes
Diretor Técnico